

QUESTÃO PANTHER

Questão diplomática entre o Brasil e Alemanha ocorrida entre 27 de novembro de 1905 e 6 de janeiro de 1906, envolvendo a canhoneira alemã *Panther*.

Na segunda metade de novembro de 1905, a *Panther* atracou em Itajaí, no estado de Santa Catarina. Durante a estadia, um marinheiro não retornou à embarcação no prazo estipulado e foi considerado desertor. Ao ser informado do acontecimento pelo comandante da *Panther*, o consulado alemão na cidade comunicou o fato às autoridades locais para as devidas providências. Simultaneamente, ainda que sem autorização do governo brasileiro, o comandante da embarcação, conde Saurma Jeltsch, ordenou a alguns oficiais que, em trajes civis, e acompanhados de homens da guarnição, procedessem à localização do tripulante desaparecido. Em contato com os germano-brasileiros, iniciou-se de modo infrutífero o processo de busca. No entanto, no dia da partida, o marinheiro retornou.

Ao tomar ciência da ação indevida, o Ministério das Relações Exteriores exigiu a entrega do militar, caso ele estivesse sob a guarda criminal das autoridades navais germânicas. Ante a impossibilidade de checar se o marinheiro havia sido detido ou não, o governo brasileiro chegou a cogitar a hipótese de arrestar o navio.

O incidente foi aproveitado pelos Estados Unidos para reforçar-se diplomaticamente junto ao Brasil, ao difundir a idéia de um “perigo alemão” na América do Sul. Tal perigo adviria da afoiteza da política externa de Berlim para diminuir o atraso, quando comparada às demais potências européias, na investida em busca de novos territórios – apenas no fim do século XIX a Alemanha sentiu-se confiante para lançar-se na corrida imperialista, já que o governo alemão só considerava a possibilidade de êxito no empreendimento neocolonial se contasse com uma poderosa Marinha, capaz de ombrear-se com a dos demais países. Tal disposição despertaria a atenção e, por conseguinte, a preocupação da França, da Rússia, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

A fim de viabilizar a política expansionista, a Marinha alemã, sob o comando do almirante von Tirpitz, conseguiu o apoio necessário do imperador Guilherme II para a execução de

projeto de rápida ampliação da frota, mesmo que oficialmente a justificativa fosse a de permitir à nação defender-se de outras potências. Outra preocupação paralela de Berlim foi assegurar bases navais, especialmente no Caribe, com o objetivo de assegurar melhores condições para utilizar a futura conexão entre o Atlântico e o Pacífico, o canal do Panamá. Assim, os pontos de interesse eram Ilhas Virgens, Curaçao, Suriname, Galápagos e San Eustaquio. Em relação à América do Sul, a Marinha alemã previa a necessidade de uma base situada de preferência no sul do Brasil.

A vitória dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana, em agosto de 1898, já havia despertado na Marinha germânica o receio de que o governo norte-americano rapidamente viesse a ocupar todos os territórios desabitados por europeus tanto no Atlântico como no Pacífico, o que inviabilizaria a tentativa alemã de firmar seu império além-mar. Além do mais, sem pontos de apoio oceânico, a comunicação da Alemanha com seus súditos instalados maciçamente em outros países, como era o caso do Brasil, com cerca de 300 mil colonos, ficaria extremamente dificultada. Dessa maneira, diversos segmentos da sociedade alemã, principalmente os pan-germanistas, pressionavam o governo a tomar medidas de proteção relativamente a seus nacionais e descendentes. Sem uma frota significativa, a Alemanha não teria condições de resguardar o interesse de seus emigrados. Esse posicionamento radical reverberava no Brasil, por meio da imprensa local.

Ao mesmo tempo, jornais norte-americanos disseminavam a idéia de que a Alemanha desejava futuramente estender seu império para a América do Sul, tendo como ponto de apoio as empresas de colonização. Estas adquiririam muitas terras e estimulariam nos emigrantes a necessidade de conservação de costumes e tradições como o idioma, por exemplo. As companhias alegavam que isso visava a facilitar os laços comerciais bilaterais. No Brasil, muitos periódicos enxergavam uma situação diversa da alardeada pelos meios de comunicação dos dois países: de fato, a postura da Alemanha e a dos Estados Unidos refletiriam uma disputa transcendente ao país ou mesmo à América do Sul, visto que ambos disputavam com a Grã-Bretanha mercados em todo o mundo, com o objetivo de escoar os seus produtos industrializados. Mesmo sem considerar seriamente no seu cotidiano o alarde

feito pelos meios de comunicação dos Estados Unidos sobre as possíveis ambições da Alemanha no tocante à integridade territorial sul-americana, o governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, valeu-se do incidente da canhoneira *Panther* para demonstrar aos países do eixo norte-atlântico a intocabilidade de sua soberania.

O firme posicionamento brasileiro levou a Alemanha a retratar-se perante o país. Mediante nota de 2 de janeiro de 1906, o representante alemão, barão de Teutler, afirmou que não houvera intenção alguma de se desrespeitar a soberania do Brasil, e reiterou os votos de amizade. Além do mais, informou que os responsáveis pelo incidente seriam levados a julgamento militar. Algumas semanas depois, o comandante da *Panther*, oficial pivô da desinteligência diplomática entre os dois países, seria dispensado do comando da canhoneira.

O posicionamento do Brasil refletiu-se na nota assinada pelo ministro Rio Branco: "O Governo Brasileiro aprecia devidamente a retidão e presteza com que o Governo Imperial procedeu no exame e decisão deste caso, dando mais uma prova dos seus elevados sentimentos de justiça. Não pode, entretanto – quaisquer que sejam os usos das marinhas de guerra em outros países – deixar de lamentar que o Comandante da *Panther* tivesse incumbido oficiais e praças da sua guarnição de fazer indagações em terra, mesmo obrando com a maior reserva e prudência, para verificar o paradeiro de um desertor, tanto mais quanto o mesmo Comandante declara que contava com a boa vontade das autoridades territoriais, às quais compete, incontestavelmente, praticar as diligências de polícia necessárias para a descoberta, captura e entrega de desertores".

A firmeza do Brasil no caso, demonstrando a uma grande potência européia condições próprias para uma eventual reação diante do desrespeito à sua soberania, mesmo sendo improvável um confronto militar entre os dois países, ecoou positivamente no restante do continente. Na época, a imprensa norte-americana divulgou a informação de que o Brasil havia solicitado auxílio a Washington, em caso de agravamento da situação. O Itamaraty determinou que o embaixador brasileiro, Joaquim Nabuco de Araújo, procurasse desmentir

a notícia. Nabuco respondeu que não valeria a pena tal medida, em vista da possibilidade de gerar um desgaste junto ao governo norte-americano sobre uma possível omissão na solidariedade intercontinental. Contudo, preparou um relato, acompanhado de documentos, acerca do caso, para remeter ao Departamento de Estado, a fim de que se resguardasse provavelmente do ponto de vista histórico a atuação do Brasil no incidente.

No fim, o caso *Panther* proporcionou ao governo brasileiro – especialmente ao Ministério das Relações Exteriores, por intermédio de Rio Branco, seu titular – a oportunidade de demonstrar à população a preocupação da República com a soberania. Além do mais, possibilitou o reforço da alteração do eixo diplomático adotado desde o início da mudança de regime, em 1889: da Europa para a América, ou para os Estados Unidos, conforme se poderia verificar quando da realização da Conferência Internacional Americana, realizada entre julho e agosto de 1906, com a participação de 19 países.

Virgílio Arraes

FONTES: BUENO, C. *Política*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; LINS, A. *Rio Branco*.